

“caixa preta” do BC

Meta é mexer na política monetária

GUILHERME EVELIN
e ROSA COSTA

BRASÍLIA — O presidente Itamar Franco quer interferir na política monetária executada pelo Banco Central, com a nomeação dos novos diretores da instituição que tiveram seus nomes rejeitados pelo ex-ministro da Fazenda Paulo Haddad. Itamar disse ontem, em audiência concedida no Palácio do Planalto ao prefeito de Juiz de Fora, Custódio Mattos (PSDB), que quer mudar a relação de submissão que, segundo ele, caracteriza a ligação do Ministério da Fazenda com o Banco Central.

“O ministro da Fazenda transformou-se num guardalívros, num mero controlador de despesas”, queixou-se na audiência o presidente, visivelmente tenso com a repercussão da mudança no Ministério

da Fazenda. “A política econômica funciona a reboque do Banco Central”, completou. Com pessoas da sua confiança na diretoria da instituição, Itamar acredita que poderá inverter esse processo e controlar a política monetária, reduzindo a taxa de juros — sua obsessão permanente.

O assunto já virou até motivo para brincadeiras de Itamar. Na segunda-feira, em almoço no Planalto com os ministros da Casa e assessores mais próximos, ele se comprou a Santo Agostinho. “Ele passou a vida tentando entender o mistério da Santíssima Trindade”, lembrou. “Eu passo a minha tentando entender o mistério dos juros altos”.

RIGOR — Quando era senador, Itamar apresentou dois projetos de lei, em 1989, que obrigava os ocupantes das diretorias do

Banco do Brasil e Banco Central a preencherem numerosos requisitos para serem nomeados. Itamar exigia que eles fossem empregados de carreira, que possuíssem “notório conhecimento e experiência em assuntos econômicos e financeiros” e que tivessem exercido, por mais de 10 anos, função ou atividade profissional compatível com o cargo que iriam ocupar. Eles não poderiam adquirir ações, cotas, debêntures ou qualquer outro título, enquanto estivessem no cargo.

Um dos projetos foi arquivado em 1991; o outro seguiu para a Câmara, e está tramitando numa comissão especial. O relator era o deputado, agora licenciado, César Maia (PMDB-RJ). Se já estivessem aprovadas, as propostas de Itamar o impediriam de propor os nomes que terminaram provocando a queda de Haddad.